

CARVALHO, Anfilófilo de

* magistrado; pres. AL 1885-1886; const. 1891; dep. fed. BA 1891-1892; min. STF 1892-1895; dep. fed. BA 1897-1899.

Anfilófilo Botelho Freire de Carvalho nasceu em Salvador no dia 16 de julho de 1850, filho de Pânfilo Manuel Freire de Carvalho e de Josefa Botelho Freire de Carvalho. Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife em 1869 e iniciou carreira na magistratura em sua província natal em março de 1871, ao ser nomeado juiz municipal e de órfãos do termo da Feira de Santana. Por haver completado os requisitos na forma da lei, em 1875 foi nomeado juiz de direito da comarca de Xique-Xique e lá permaneceu até 1877, quando passou a exercer suas funções em Monte Santo, importante centro de peregrinação religiosa localizado no sertão baiano. Foi, por breve período, ainda em 1877, chefe de polícia em Salvador, sendo removido depois para a comarca de Areias, em São Paulo. Ali permaneceu até 1879, quando se transferiu para São João de Barra, na província do Rio de Janeiro. Voltou à Bahia em 1882, para assumir a 3ª vara cível de Salvador, transferindo-se para a vara comercial em 1886. Foi presidente da província de Alagoas entre 1885 e 1886, e nesse último ano retornou à magistratura, até 1890, quando se aposentou no posto de juiz de direito.

Eleito deputado constituinte pela Bahia em 15 de setembro de 1890, tomou posse em 15 de novembro seguinte, quando da instalação do Congresso Nacional Constituinte, e, logo no início dos trabalhos, quando se discutiu se o Congresso deveria assumir todos os poderes ou delegá-los ao governo provisório da República, assinou a moção de Ubaldino do Amaral, que defendia o princípio de que só competia ao governo provisório o papel de Poder Executivo e a administração da República. Defrontou-se com o então senador Campos Sales, que em discurso havia defendido a tese da existência de duas categorias de soberania: a que dizia respeito aos estados, e a que reportava à União federal. Em resposta, contrapôs que “nos governos federais uma só é a nação, uma só a soberania, e esta é indivisível. Porque se fosse suscetível de divisão ou decomposição, isso importaria em

subordinação, e subordinação e soberania são ideias que se repelem, por ser uma a negação da outra”. Nesse discurso fez ainda detalhado estudo sobre as distinções entre federação e confederação.

Posicionou-se também a favor da completa liberdade religiosa, afirmando que o governo federal não deveria intervir de forma alguma, nem em relação aos estados, nem em relação aos cidadãos, mesmo tendo votado para que os estados só pudessem se organizar após a promulgação da nova Constituição federal a fim de seguir os princípios nela estabelecidos. Defendeu que fosse dada aos estados liberdade para regulamentar a questão religiosa da forma que melhor entendessem. Na organização do ensino, defendeu que este fosse livre, e não leigo, pois isso já se configuraria como uma forma de coação. Na mesma linha de pensamento, acreditava que aos religiosos deveria ser concedido o direito de votar e ser votado, isentando-os, entretanto, de qualquer prestação de serviço militar. Manifestou-se contrário à precedência do casamento civil sobre o religioso.

Assinou ainda a emenda José Higino, defendendo que as minas deveriam pertencer aos donos do solo, ressalvadas as limitações estabelecidas em lei. Posicionou-se pelo reconhecimento, na Constituição, dos direitos autorais e de patentes. Defendeu que o sistema eleitoral deveria ter por base a representação proporcional das maiorias e minorias, e que o voto “não tivesse jamais a interferência do Poder Executivo”. Posicionou-se a favor da emenda que determinava que a União assumisse as dívidas contraídas pelos estados até 15 de novembro de 1890. Assinou a emenda, também apresentada pelo deputado José Higino, relativa aos direitos que caberiam ao Congresso Nacional. Votou a favor da emenda do deputado José Mariano, que concedia aos estados um adicional de 15% sobre as importações, e de outra de igual teor, do deputado Lauro Müller.

Apresentou ele próprio uma emenda referente à organização do Poder Judiciário. Nela, estabelecia que esse poder seria regulado por lei do Congresso Nacional e por leis dos estados, na parte que a esses competisse. O Judiciário teria como órgãos de ação um Supremo Tribunal, com sede na capital da República e jurisdição em todo o território nacional, e tribunais de apelação distribuídos pelos estados e Distrito Federal, na proporção

de um tribunal para cada uma das unidades da Federação. A despeito da derrota de sua emenda, voltou a repetir, em discurso, suas ideias sobre a organização judiciária, defendendo que caberia ao Senado Federal o julgamento dos membros do Supremo Tribunal.

Em 1892, renunciou ao mandato de deputado por ter sido nomeado, por decreto de 1º de fevereiro, ministro do Supremo Tribunal Federal, o mais alto posto de sua carreira. Tomou posse no dia 1º de março, no contexto de uma reforma realizada no tribunal durante o governo Floriano Peixoto, visando a substituir ministros identificados com o regime monárquico, e foi aposentado por decreto de 3 de abril de 1895. Em 1897 voltou a candidatar-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados e foi eleito, com mandato até 1899. Em 1900, fez parte da comissão nomeada pelo governo e chefiada por Clóvis Beviláqua, encarregada de elaborar do Código Civil.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 15 de novembro de 1903, durante as comemorações oficiais pela passagem do 14º aniversário da República.

Casou-se com Jovina Dutra Freire de Carvalho, com quem teve seis filhos. Um deles, Pânfilo Dutra Freire de Carvalho, foi deputado estadual na Bahia de 1911 a 1920, e deputado federal de 1921 a 1923.

Eduardo Junqueira/ Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: *Diário Oficial do Estado da Bahia* (p.486); MATTOS, W. *História* (p.129-131); MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO, A. *Cartilha*; MELLO FILHO, J. *Notas*; NASCIMENTO, W; FONSECA, J. *Baianos*; PARAÍSO NETO, J. *Descendentes*; PRAZERES, O. *Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos*. (p.60/61); SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>; SOUZA, A. *Baianos* (p.177-178); *Tarde* (17/9/1948). O centenário de um jurista baiano; *Tarde* (19/7/1948). O centenário do Dr. Anfilófilo de Carvalho; *Tarde* (20/12/1951). Faleceu o Sr. Pânfilo de Carvalho.